

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito de crianças e adolescentes são normalmente garantidos por meio a) da ação de um adulto protetor responsável e b) do acesso às políticas públicas específicas. Assim, se os direitos de crianças e adolescentes são violados por falta de acesso a políticas públicas de assistências social, saúde e educação, podem ser aplicadas as medidas do art. 101, III, IV, V e VI. Se tais direitos são violados pela inoperância, negligência ou abuso por parte do adulto protetor, a este adulto, também com o objetivo de proteger as crianças, são aplicadas alguma das medidas previstas no art. 129 do ECA: Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; II - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; V - obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua freqüência e aproveitamento escolar; VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado; VII - advertência; VIII - perda da guarda; IX - destituição da tutela; X - suspensão ou destituição poder familiar. Parágrafo único. Na aplicação das medidas previstas nos incisos IX e X deste artigo, observar-se-á o disposto nos arts. 23 e 24.